

Polémica na escolha de candidatos a deputados e a governadores de província reflecte a forma como a Frelimo se mantém no poder, recorrendo à fraude, à violência e à manipulação

- O partido Frelimo concluiu na semana passada o processo de eleição dos candidatos a deputados da Assembleia da República (AR), dos candidatos a membros das assembleias provinciais e dos cabeças-de-lista candidatos a governadores de província.



Tratou-se de um processo polémico, com denúncias de fraude, nepotismo, amiguismo, corrupção e manipulação. Em pelo menos duas províncias, nomeadamente Gaza e Inhambane, teve que haver intervenção da Comissão Política (CP)

impondo a sua vontade para o desfecho do processo.

O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) entende que o que sucedeu em Gaza e na Zambézia é o *modus operandi* deste partido que se reflecte na forma como

a Frelimo se mantém no poder, recorrendo à fraude, violência e manipulação. Portanto, os episódios de Gaza e Zambézia não são actos isolados, mas sim uma prática normal deste partido que dirige o País desde a independência.

O exemplo de Gaza

No dia 1 de Junho, o Comité Provincial da Frelimo em Gaza reuniu para escolher os candidatos deste partido a deputados da AR.

No dia seguinte, 2 de Junho, começou a circular nas redes sociais um vídeo de uma senhora de nome Artimiza Magaia, membro da Frelimo, com denúncias de fraude que inclui corrupção eleitoral, manipulação e desvio de urnas. No vídeo, que depois foi acompanhado de uma denúncia ao Comité de Verificação na província, Artimiza Magaia visa o actual deputado e presidente da Confederação das Associações Económicas, Agostinho Vuma, como quem estava no centro de toda a trama.

Na polémica eleição, Agostinho Vuma foi eleito o candidato mais votado pelo círculo eleitoral de Gaza com 85 votos. Só que, segundo a queixosa, isso foi possível porque Vuma distribuiu dinheiro aos membros do comité provincial. Ela mesma alega que recebeu 30.000,00 meticais e acredita que tenha sido enviado por alguém próximo de Agostinho Vuma.

“Durante o período eleitoral, diversos actos de corrupção foram praticados pelo camarada

Agostinho Vuma, sob o olhar impávido da Comissão Eleitoral”, lê-se na denúncia ao Comité de Verificação, na qual pedia a anulação do processo em Gaza, fundamentando que para além da compra de votos houve viciação do processo e roubo de urnas. Diz, por exemplo, que o processo de votação terminou às 13h00 de 1 de Junho, mas os resultados só foram divulgados na madrugada de 2 de Junho.

Tudo indica que o clamor dela foi atendido, mas não para anulação do processo e sua repetição como era a vontade da queixosa. Para responder ao imbróglio, a CP reuniu no dia 10 de Junho e deliberou retirar o nome de Vuma da lista de candidatos a deputados pelo círculo eleitoral de Gaza, o que significa que, para a CP, ficou provado que Vuma engendrou fraude nas eleições em Gaza. Entretanto, o actual deputado não teve direito a contradiório, ou seja, foi julgado e condenado sem ser ouvido, uma decisão, de resto, injusta, tendo presente o princípio sacrossanto que reza que todos os cidadãos têm direito à defesa. Mas a explicação para tal decisão é simples. A Frelimo estava com os prazos

apertados para submeter as listas dos candidatos. Ouvir Vuma significaria instaurar um processo disciplinar e seguir todas as fases exigíveis, nomeadamente a acusação, a defesa, a decisão e o recurso. Mas este não foi o único problema nas eleições internas em Gaza.

Lembre-se que a CP da Frelimo tomou a decisão de que todas as províncias deviam manter os actuais governadores, com a excepção de Nampula, na sequência da recusa de Manuel Rodrigues de se candidatar a presidente do município da cidade de Nampula. Em Gaza e na Zambézia houve sabotagem, devido a interesses de grupos que, também, envolve corrupção. Em Gaza, a actual Governadora, Margarida Mapandzene, enfrentou uma oposição interna liderada por Daniel Matavele, actual primeiro secretário naquela província. Margarida Mapandzene foi candidata única, mas obteve apenas 62% dos votos. E passou porque teve acima de 25% dos votos, o mínimo exigível. Daniel Matavele tinha mobilizado os membros do comité provincial a não votarem.

O caso da Zambézia

Se a campanha de sabotagem contra Margarida Mapandzene não vingou em Gaza, vingou na província central da Zambézia, onde também com o envolvimento de um primeiro secretário, obviamente suportado por alguns membros influentes no partido Frelimo, com destaque para o actual primeiro vice-presidente da AR, Hélder Injonjo, se ensaiou o bloqueio do actual Governador da Zambézia, Pio Matos. Na Zambézia, Hélder Injonjo, cujo nome está associado ao tráfico de drogas no Porto de Macuse, naquela província, se aliou ao primeiro secretário, Paulino Lenço. A estratégia teria consistido em Paulino Lenço distribuir dinheiro supostamente recebido de Hélder Injonjo para distribuir pelos membros do Comité Provincial para não votarem em Pio Matos, que, sendo candidato único, não obteve 25% dos votos, o mínimo exigido. Hélder Injonjo, que controla Paulino Lenço, estava à procura de

um candidato que também pudesse controlar. Segundo apurámos, havia um plano de o próprio Injonjo ser cabeça-de-lista na Zambézia. A dupla Paulino Lenço e Hélder Injonjo estendeu as suas investidas contra o deputado Caifadine Manasse, qual inimigo de estimação de Injonjo, na sequência do caso de droga apreendida no Porto de Macuse em Novembro de 2022.

Caifadine Manasse move um processo de calúnia e difamação contra Injonjo e mais 25 pessoas, maioritariamente deputados da Frelimo pelo círculo eleitoral da Zambézia. Injonjo e os 25 acusaram Manasse de ter sido a pessoa que partilhou a informação de que aquele era o barão da droga de Macuse.

A partir daí a relação entre os dois ficou turva. Em sede das internas na Zambézia, Caifadine Manasse foi impedido de entrar na sala da sessão electiva. O mesmo método usado pela Renamo contra Venâncio Mondlane.

O plano de Injonjo e Lenço só não se materializou porque a Frelimo quer Pio Matos. A Frelimo sabe que, mesmo com recurso à fraude, qualquer outro candidato diferente de Pio Matos tem poucas chances de vencer Manuel de Araújo.

Ora, tendo em conta essa vontade da direcção máxima da Frelimo, no dia 8 de Junho, Pio Matos acabou eleito¹ como candidato a governador, numa sessão em que obteve 118 votos a favor e dois nulos, de um total de 120 votantes. Essa eleição só aconteceu depois da intervenção da CP que anulou², em 6 de Junho, a primeira eleição fraudulenta. Na mesma sessão que aprovou a candidatura de Pio Matos, caiu Paulino Lenço.

Antes da decisão da CP, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) tinha feito uma longa missiva ao presidente da Frelimo, Filipe Nyusi, e ao secretário-geral interino, Daniel Chapo, que é também candidato presidencial da Frelimo,

¹ <https://www.dw.com/pt-002/pio-matos-eleito-candidato-da-frelimo-pela-zamb%C3%A9zia/a-69310577>

² <https://www.dw.com/pt-002/reviravolta-na-frelimo-anulada-elei%C3%A7%C3%A3o-interna-na-zamb%C3%A9zia/a-69294873>

denunciado a fraude nas internas na Zambézia. “Nós, as mulheres da Zambézia, solicitamos a reposição dos nossos assentos por direito,

que foram entregues aos jovens empresários por terem pago valores avultados e às namoradas dos chefes do partido”, denunciou

a OMM nessa missiva e apontava os nomes de Hélder Injonjo e Paulino Lenço como aqueles que estavam no centro da fraude.

Eleições em Moçambique sempre foram fraudulentas

Um estudo³ do Centro de Integridade Pública, intitulado “25 Anos de Fraude Protegida pelo Secretismo”, mostra que as eleições em Moçambique sempre foram fraudulentas para beneficiar o partido Frelimo. A Comissão Nacional de Eleições (CNE), o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), o Conselho Constitucional (CC), a Polícia da República de Moçambique (PRM) e a Electricidade de Moçambique são os instrumentos da Frelimo para a fraude.

Por exemplo, o estudo mostra que em 1999, o STAE alterou os resultados para impedir a eleição de Afonso Dhlakama, da Renamo, como presidente. Em 2023, o Conselho Constitucional recusou-se a analisar as provas e impediu a eleição dos presidentes de município da Renamo em Maputo e Matola.

“Protegida por um secretismo total, que não é aceitável em democracias eleitorais normais, a Frelimo tem sido capaz de usar o sistema eleitoral para manter o poder, ao mesmo tempo que convence os moçambi-

canos e a comunidade internacional de que o voto pode trazer mudanças e que as eleições foram, pelo menos, aproximadamente livres e justas”, lê-se no relatório, que explica que houve três fases de fraude eleitoral orquestrada, sendo a primeira em 1999, quando a Frelimo temia que Chissano pudesse perder, pelo que havia equipas informáticas em várias províncias, mas a sua derrota apANHOU de surpresa o partido no poder.

A segunda fase, diz o relatório, consistiu no enchimento de urnas, a invalidação dos boletins de voto da oposição e a alteração dos resultados, de forma que foram encobertas por um secretismo crescente.

A terceira e última fase começou com as eleições autárquicas de 2018, altura em que “o roubo eleitoral foi ostentado em vez de escondido. Um dos primeiros exemplos foi a humilhação pública do presidente Nyusi ao chefe do instituto de estatística, em 2019, por se ter recusado a alterar os dados do recenseamento para encobrir os eleitores fantasmagóricos de Gaza.”

Nos últimos tempos, o CIP destaca que a Frelimo não tem a mínima preocupação em esconder a fraude, dando como exemplo, ameaças aos funcionários públicos superiores que tinham de cooperar ou perderiam o emprego e o assassinato de Anastácio Matavele, como demonstrações de poder.

A estes exemplos junta-se a alteração secreta dos resultados eleitorais, como aconteceu em 2023, durante as eleições autárquicas para evitar uma vitória da Renamo em Maputo e Matola, a título exemplificativo.

Pelo acima exposto, o CDD entende que o que sucedeu em Gaza e na Zambézia é o *modus operandi* deste partido que se reflete na forma como a Frelimo se mantém no poder, recorrendo à fraude, violência e manipulação. Portanto, os episódios de Gaza e Zambézia não são actos isolados, mas sim uma prática normal deste partido que dirige o País desde a independência. Aliás, é preciso que se diga que o actual incumbente chegou ao poder através de um processo fraudulento em que houve compra de votos.



³ <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2024/02/25-anos-de-fraude-eleitoral-protegida-pelo-secretismo.pdf>



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

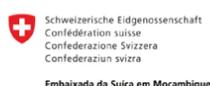
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

